

Para que estejam preparadas para enfrentar os desafios que a vida política lhes espera

Mulheres na política exortadas a apostar na sua educação

A Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género Tecnologia e Comunicação Social, Antónia Simão Charre, exortou esta quarta-feira, na cidade da Beira, às candidatas a membros das Assembleias provinciais de Sofala, Manica, Zambézia e Tete a apostarem na continuação dos estudos para que estejam preparadas para enfrentar os desafios que a vida política lhes espera.

Charre, que falava durante a sessão de troca de experiência entre as candidatas oriundas dos partidos Frelimo, Renamo e MDM, promovida pela Academia Política da Mulher, sublinhou que um dos entraves do sucesso das mulheres na vida política é o analfabetismo e a ignorância factores que devem ser ultrapassados com a alfabetização e educação de adultos.

“Nós temos que, de alguma forma, aumentarmos o nosso nível de escolaridade para que a nossa participação política, como mandatárias de povo, seja visível e consigamos expor as nossas ideias e serem ouvidas e valorizadas, porque o contrário até teremos medo de intervir dentro dos nossos partidos”, disse Charre para quem a ignorância e o analfabetismo ainda têm o resto feminino em Moçambique, situação que só pode mudar com a união das mulheres e aposta na continuação de estudos a todos os níveis.

Segundo Charre, raras são as vezes que mulheres com pouca escolaridade são elegíveis para cargos de direcção, “uma luta que todos estamos a travar para que a mulher se sinta valorizada, é preciso que, para além de lutarmos em palavras para sermos valorizadas, devemos conseguir mostrar com acções que somos capazes”.

Ainda na ocasião, Charre chamou a atenção da necessidade de se divulgar instrumentos legislativos que defendem, sobremaneira, a mulher, como são os casos das leis da Família, de Combate e Prevenção das Uniões Prematuros, bem como a Lei de Sucessões, aprovadas pela Assembleia da República na IX Sessão Ordinária da sua VIII Legislatura.

“As mulheres devem tomar a dianteira na divulgação destes dispositivos a nível de base e dos seus círculos eleitorais. Estas leis criam formas de valorização da mulher e da família na nossa sociedade”, disse a Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, Género Tecnologia e Comunicação Social acrescentando que a título de exemplo a Lei da Família estipula a união de facto, que é característica de diversos casamentos a nível nacional, que após três anos de

convivência entre o homem e a mulher sem contrair matrimônio, esta tem direitos a herança, em caso de separação ou morte do seu companheiro.

Sobre a necessidade de um comando legal que deve estabelecer quotas tanto para os homens assim como para as mulheres nas listas dos partidos políticos para as eleições, Antónia Charre disse que esta é preocupação de todas as mulheres e que deve-se levar ao parlamento para que seja viabilizada.

Por sua vez, a Presidente da Comissão das Relações Internacionais Cooperação e Comunidades, a deputada Maria Inês Martins, corroborou da necessidade de uma maior capacitação da mulher incluindo a sua maior escolarização para que ela consiga, com mestria, colocar as suas ideias e se fazer valer no fórum político e social.

Segundo Martins, a prosperidade da mulher enfrenta ainda dois desafios, o machismo dos homens que lutam e se empenham em desvalorizar a mulher e a própria mulher que luta contra a mulher.

“É preciso que as mulheres que têm vozes e já estão ou conheceram algum sucesso dentro dos partidos políticos assim como nos órgãos eleitos sejam elas, não apenas um espelho das outras mulheres, a puxarem cada vez mais as outras para assumirem cargos de direcção, e não as considerar como sombra”, disse Para a deputada que representava a Bancada Parlamentar da Renamo, a mulher é uma mobilizadora nata, por isso que não se deve contentar por apenas fazer parte de um partido político, “mas sim deve querer mais, ser ambiciosa e trabalhar para alcançar os seus objectivos e, a escola é um dos melhores caminhos para que a mulher consiga se impor numa sociedade tao machista como a nossa”.

“Eu entrei no parlamento com 9ª classe, hoje tenho o nível de mestrado, fruto de determinação e vontade de contribuir mais e lutar lado a lado com o homem”, disse Martins reconhecendo que nem todas as mulheres podem ter possibilidades a fazer um ensino superior, contudo devem lutar com todas as forças para que o seu dom sobressaia.

Segundo ela, a mulher tendo o dom de gerar a vida terá também o dom de governar porque, “aliás em todos os sítios em que as mulheres é que estão no comando, as coisas tendem a melhorar.”

Em seu turno, Laurinda Sílvia Cheia, Deputada da Assembleia da República pela Bancada Parlamentar do MDM, sublinhou para além de estudar a mulher tem que ter o poder

comunicacional e conhecimentos para conseguir influenciar e ou negociar com as lideranças dos partidos políticos.

“Este poder negocial deve iniciar dentro da família com os nossos parceiros, para não criar fissuras dentro do seu lar, e estende-la aos nossos partidos políticos, somente assim é que podem conseguir o que nos queremos”, disse Cheia, ajuntando que em casa as mulheres devem despir a capa de dirigente ou de representante do povo e saberem ser esposa e mães.

A deputada Cheia, que é igualmente membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade exortou, num outro desenvolvimento, ao Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) a alargar estas acções de capacitação para os homens para que estes também tenham sensibilidade sobre os problemas que apoquentam as mulheres.

“A mulher deve trabalhar lado a lado com os homens como parceiro de desenvolvimento e de cooperação, por isso é fundamental que continuemos a negociar para que essa cooperação seja profícua em prol da mulher”, sublinhou a deputada Cheia.

Na ocasião foi também vincada a ideia de as candidatas a membros das assembleias provinciais da zona centro capacitarem-se no uso das tecnologias de informação e comunicação, sobretudo, das redes sociais para fazer passar as suas ideias a nível da sociedade, como forma de despertar a juventude e outras mulheres para a causa da participação política da mulher.

As candidatas a membros das assembleias provinciais da zona centro, para além da experiência que trocaram com as deputadas da Assembleia da República, passaram, igualmente, em revista sobre o género como agenda, para se municiar sobre a organização e funcionamento das assembleias provinciais e dos poderes da Assembleia da República; sobre o ambiente político e legislativo para a promoção da igualdade do género e sobre o que as mulheres devem fazer para terem um maior poder para influenciar a tomada de decisão; bem como a importância da participação das mulheres no processo democrático.

A acção de formação, de dois dias, de mulheres candidatas a membros das assembleias provinciais nas províncias da zona centro do País, foi ministrada por Rosita Alberto, do Fórum Mulher, e beneficiou cerca de 50 participantes provenientes dos partidos políticos com assunto parlamentar.